

## Novo mundo, Novo Brasil, Novo IBGE

Uma nova mudança histórica de época desafia todas as nações, e faz também o Brasil refletir sobre o seu presente e futuro nesta terceira década do século 21.

A transformação é geral, partindo do deslocamento relativo do centro dinâmico do mundo do Ocidente para o Oriente, concomitante com o avanço da Era Digital e a passagem para outro regime climático, cujos efeitos sobre a transição demográfica são inéditos. Por isso, os antigos parâmetros que orientaram a trajetória da construção nacional, consagrados pelo projeto de modernidade ocidental, caíram por terra.

Como bem observou o presidente Lula, no G7, em Hiroshima: *“Desemprego, pobreza, fome, degradação ambiental, pandemias e todas as formas de desigualdade e discriminação são problemas que demandam respostas socialmente responsáveis. Essa tarefa só é possível com um Estado indutor de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos fundamentais e do bem-estar coletivo”*.

Diante de grandes mudanças, o florescimento de novas visões a respeito do presente mirando o futuro do País mostrou ser fundamental, pois capaz de integrar o território e sua população convergente com projeto nacional alvissareiro. Um dos divisores de águas proveio do Censo Nacional de 1872, o primeiro e único realizado para medir a nação durante 67 anos de Império. Com a criação da Diretoria Geral de Estatística em 1871 e que vigorou até 1935, o conhecimento estatístico e geográfico denominado por “ciência da certeza” passou a avançar consideravelmente.

Ao mesmo tempo foi ficando para trás a concepção dos tradicionais levantamentos populacionais, imposta pelo sistema colonial, com finalidade policial e arrecadatária fiscal. A revelação da cara do Brasil, constituída por quase 2\3 da população de não brancos, negros, indígenas e miscigenados, dispersos e despossuídos no vasto território nacional, colocou em pauta a nova demanda por políticas públicas. O regionalismo, indigenismo, escravismo e outros temas atinentes ao deslocamento urbano inicial, quase não tocados no Brasil oficial, começaram a ser acolhidos com vigor pelas gerações do final século 19 sob a emergência do romantismo de José de Alencar, Bernardos Guimarães e Machado de Assis.

Nessa perspectiva, a constituição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos anos de 1930 representou a “pacificação” dos focos de resistência ao regime de cooperação interadministrativa do novo governo que se afirmava pela Constituição de 1934 e o estabelecimento do “pacto estatístico” com o conjunto dos governos estaduais. Pela ênfase de Euclides da Cunha e Capistrano de Abreu na diferenciação entre o sertão e cidades litorâneas, por exemplo, o sentimento de atraso despertado pela Semana de Arte Moderna nos anos de 1920 incendiou o panteão da geração de 1930, parteira das ideias de superação do subdesenvolvimento e da dependência externa.

Encapsulado no projeto de nação constituído pela convergência interna da modernidade transformadora industrial e urbana, o IBGE emergiu racional e profissionalmente fortalecido pela preocupação com a soberania das informações e a segurança nacional decorrentes do melhor conhecimento geográfico e estatístico do País. Para tanto, o censo demográfico de 1940 se afirmou diferente, pois executado por servidores agentes do Estado, não mais por capitães de ordenanças, inspetores de quarteirões, párocos, juizes de paz e delegados e subdelegados de polícia, conforme ocorrido no passado dos censos anteriores.

A nova ambientação social, econômica, política e cultural produzida pelos avanços de uma precária sociedade urbana e industrial no interior de um país periférico e de base material e infraestrutural, física e social primitiva herdada da Velha República, foi sendo revelada pela corajosa equipe do IBGE, tecnicamente competente e protegida por imprescindível autonomia profissional. Diante das novas condições materiais do país em transformação, Antônio Cândido destacou o processo de internalização da consciência estética sobre a existência da literatura nacional atinente à realidade diversa de um país de dimensão continental e profundamente desigual.

Em sua missão de instituição do Estado coube ao IBGE o papel intransferível de traduzir, em dimensões geográficas, estatísticas e demográficas, o conjunto do que se processava de forma vívida na sociedade. Tais dados se tornariam, como sempre foram desde então, a base para a elaboração dos planos e metas que alicerçariam os projetos voltados para o desenvolvimento do País e pela busca da superação dos incontáveis obstáculos que se opunham à democracia e à inclusão econômica com justiça e equidade social. Em síntese, as atribuições crescentes ao IBGE à época propiciaram a base pela qual estudos e projetos fundamentassem políticas públicas inovativas e consistentes com a valorização dos brasileiros pela ênfase na educação e na sociabilidade das atividades econômicas portadoras do trabalho com direitos sociais e trabalhistas.

Mas como alertou Teixeira de Freitas, o patriotismo sem bússola, a ciência sem síntese, as letras sem ideal, a economia sem solidariedade, as finanças sem continuidade, a educação sem sistema, o trabalho e a produção sem harmonia e sem apoio, atuam como elementos contrários e desconexos, destroem-se reciprocamente, e os egoísmos e interesses ilegítimos florescem, sobre a ruína da vida comum. Justamente assim que o atual curso da mudança de época histórica vivida por todas as gerações de brasileiros requer inovações gerais, compatíveis com o terceiro mandato democraticamente eleito do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

É este o desiderato que emoldura o desafio posto à minha frente, como tarefa essencial, e que me cobra a totalidade das energias e competências que os quase 40 anos de uma vida dedicada ao conhecimento, ensino e às ações voltadas para os avanços sociais me proporcionaram para, com tais credenciais, fazer jus à confiança e expectativas de êxito no cumprimento da preciosa incumbência de presidir o IBGE: a produção ao tempo e à hora, com máxima qualidade e rigor técnico-científico, das informações e dados que servirão para o desenho, promoção e verificação de resultados das ações estratégicas em prol do bem-estar harmonioso de todos os que conformam a principal riqueza de uma nação que é o seu povo.

Por isso, motivado e honrado pela missão recebida do presidente Lula, e sob o comando da ministra Simone Tebet, entendo básico reafirmar mais uma vez a dupla função estratégica do IBGE. De um lado, o espelho reflexivo da nação que continuamente revela quantos somos, como somos, como vivemos, trabalhamos, moramos, alimentamos e tudo mais. O verdadeiro cartão de apresentação do Brasil ao mundo. E, de outro lado, a bússola de movimento da nação, capaz de monitorar trajetórias perseguidas, mudanças de rumos e macrotendências portadoras de futuro. O fio terra de conexão da realidade com as esperanças do conjunto do povo.

Ao decompor o campo do exercício da cidadania por intermédio de radiografias nacionais, setoriais, regionais, locais, coletivas e individuais, o IBGE contribui para moldar o universo dos horizontes de expectativas do conjunto dos brasileiros. E é por aí que o Brasil precisa avançar mais rapidamente. A marcha atual da datificação oportunizada pela grande, ampla e profunda transformação digital da sociedade, economia, política e cultura nacional, possibilita

conformar em nova escala na Era Digital, o soberano Sistema Nacional de Estatísticas, Geoinformações e Dados, o verdadeiro *hub* público informacional da Nação.

O primeiro passo foi obtido no curso da transformação urbana e industrial, há mais de oito décadas, quando a base formativa do sistema geográfico e estatístico se deu por meio da cooperação integrativa em rede nacional com as três unidades federativas no levantamento e sistematização de dados e informações. Conjuntamente, a instalação de delegacias regionais e municipais dos serviços do IBGE mapeando o território e atuando próximo da população foram avanços significativos.

Agora, as gerações do presente precisam dar o segundo passo em direção ao ecossistema de dados e informações estatísticas e geográficas da mais alta qualidade internacional. Uma construção coletiva, cuidadosa e responsável pela agregação sistêmica e digitalizada do conjunto das instituições que produzem informações e dados geográficos e estatísticos nas mais distintas dimensões do conhecimento humano sobre a nação e sua população.

Para tanto, a recuperação do IBGE é urgente e inadiável, após o vendaval tóxico e destrutivo dos anos recentes que impuseram a realização do Censo Demográfico com atraso de dois anos e com recursos orçamentários de apenas 2\3 do total do que havia sido comprometido em termos reais em 2010, último ano do segundo mandato do presidente Lula.

Sem concursos públicos e sob rebaixamento salarial e precarização generalizada das condições de trabalho, o IBGE foi submetido a uma de suas piores situações vivenciadas desde o ano de 1936, quando foi constituído. Não fosse a ação de resistência destemida e valorosa do seu corpo de servidores e colaboradores, com a atuante e consistente ação sindical, respaldadas por forte reconhecimento das esferas esclarecidas da nossa sociedade e amparadas por uma mídia que fez ecoar denúncias sobre os danos promovidos, encontraríamos uma instituição em plena ruína.

A partir de 2023, contudo, com a decisiva liderança do presidente Lula, a marcha da insensatez degradante que se abateu sobre o país em todas as dimensões da governança foi interrompida. Com a garantia de recursos adicionais ao término do Censo Demográfico, o reajuste inicial das remunerações e a aprovação de concursos para incorporação de novos ibegeanos e ibegeanas, a principal instituição de pesquisa do Estado sobre a nação passou a respirar aliviada.

A hora é de reconstrução e ampliação de horizontes, em sintonia com todos os avanços que a Era Digital proporciona e que tem feito evoluir as principais instituições homólogas nas nações que possuem os melhores e mais abrangentes sistemas de dados e estatísticas do planeta. O Brasil, pelas suas dimensões e aspirações, não pode ficar atrás nesse processo. Ao IBGE cabe resgatar o protagonismo que o aureolou como uma muito importante e prestigiada instituição de produção de conhecimento estatístico e de referências geográficas do planeta.

À frente do momento histórico da transformação digital e datificação em que o Brasil se encontra, a interlocução com todos os servidores da casa, da sociedade e das instituições da República permitirá, em período breve, a submissão à ministra Simone Tebet do plano de ação para o curto, médio e longo prazos com respostas às exigências do presente e às demandas de futuro ao exercício do novo IBGE.

Seguiremos juntos ao testemunho de Teixeira de Freitas: *“Faça o Brasil a estatística que deve ter e a estatística fará o Brasil como deve ser. Conheçamos para prevermos, e preveremos para provermos.”*

Começamos agora, neste ato de posse, a caminhada do projeto IBGE 90 anos, que precisa avançar, ser coletivo e pensar o Brasil Paratodos, com este Paratodos escrito junto, tal qual Chico Buarque escreveu na canção já clássica que em sua letra faz uma viagem simbólica por muitas das informações que são a base do trabalho do IBGE: *“O meu pai era paulista; Meu avô, pernambucano; O meu bisavô, mineiro; Meu tataravô, baiano; Vou na estrada há muitos anos; Sou um artista brasileiro”*.

E eu, nesta toada, sou Marcio Pochmann, professor e economista brasileiro!

Seguimos juntos. Gratíssimo pela atenção.